

Eleições no DF dividem PFL

Walmir Campelo contesta o líder Lourenço e exige pleito

ANGULAR

Em um plenário que reuniu na manhã de ontem apenas treze dos 559 constituintes, o deputado Walmir Campelo (PFL-DF) afirmou que a posição do líder do partido, deputado José Lourenço (BA) — que quer suprimir a possibilidade de eleição para o governo do DF — não traduz o pensamento da bancada. Campelo manifestou sua convicção de que a maioria da Constituinte “não se deixará induzir” pela posição de Lourenço.

O deputado reiterou que o ideal, em sua opinião, seria a eleição em 1988. E disse que para sanar a omissão do projeto constitucional — pela qual o DF ficaria sem governo de março de 1990 a março de 1991 — está sugerindo, através de emenda, a indicação do governador pela bancada do DF no Congresso, através de lista triplíce a ser encaminhada ao presidente da República.

A posição de José Lourenço também foi condenada pelo deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), para quem “essa direita incorrigível não quer aperfeiçoar os mecanismos democráticos”. Lembrou que a proposta de eleições para o

DF transitou durante um ano e foi aprovada por acordo na Comissão de Sistematização, e disse:

— Venho apelar para que esta provocação ao povo de Brasília não tenha guarida na Constituinte.

O deputado Amaury Muller (PDT-RS) também se manifestou sobre a matéria, afirmando estar perplexo “diante de manobras desse tipo”:

— Ou tentamos assegurar as páldas conquistas do 1º turno, ou então o texto haverá de ser jogado do lixo da história, por imprestável.

Durante a sessão, presidida pelo deputado Sotero Cunha (PDC-RJ) e depois pelo deputado José Fernandes (PDT-AM), o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) manifestou-se contrário ao mandato de segurança coletivo, instrumento defendido por seu colega Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). José Fernandes tratou da parte relativa à elegibilidade, e Adylson Motta (PDS-RS) criticou a emenda presidencialista Humberto Luçena.

Já o deputado Paulo Delgado (PT-MG) anunciou os pontos que o PT pretende

suprimir do texto, como a permissão do trabalho de menor de catorze anos na condição de aprendiz:

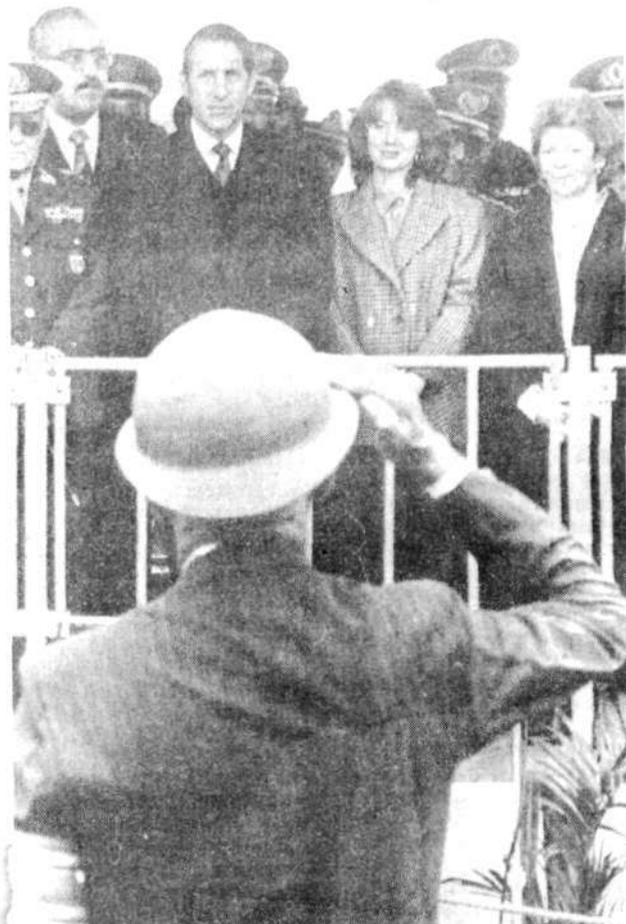
— Menor de catorze anos é uma criança. Mesmo a condição de aprendiz não pode ser aceita, porque é uma forma de regularizar a distorção do trabalho.

O PT pretende suprimir também a classificação da herança como direito e garantia individual, o domicílio eleitoral, a destinação de verbas públicas para entidades privadas nas áreas de saúde e educação, o Estado de Defesa e a tutela militar na ordem inierina, entre outros itens.

A sessão, que havia começado às 9h, terminou antes das 11h. Tão poucos eram os oradores que eles se repetiam na tribuna, em frases diferentes da sessão. Delgado brincou com o esvaziamento da sessão, dizendo que os discursos poderiam começar com a frase “senhores constituintes, senhoras cadeiras do plenário”. Ao final da sessão, ele disse:

— Na verdade, a sessão não foi encerrada. Extinguiu-se.

Na página 38, entrevista com Walmir Campelo sobre a política brasileira



Quêrcia foi ontem à comemoração da revolução de 3º